



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação



2013

Marco Civil da Internet: democracia na comunicação



Coordenação de Histórico de Debates

Seção de Análise de Discursos

MARCO CIVIL DA INTERNET: DEMOCRACIA DA COMUNICAÇÃO¹

Introdução

A comunicação humana modificou sua forma de expressão ao longo dos anos, mas manteve o seu cerne: ligar as pessoas, construir as práticas sociais, influenciar o outro, criar identidades, fortalecer e disseminar visões de mundo. Nesse sentido, podemos afirmar que o traço sobressalente na comunicação humana é a presença de trocas: trocas de informação, de opiniões, de serviços, de ideias, de bens emocionais, etc.

Com a significativa e rápida mudança nos meios tecnológicos de comunicação, as distâncias foram encurtadas e a nossa noção de tempo foi bastante modificada. Na década de 1980, só algumas pessoas tinham condições de adquirir aparelhos celulares e, ainda assim, pagavam caríssimo por cada ligação e recepção de ligação. Atualmente, há mais celulares do que habitantes no Brasil – de acordo com dados da ANATEL, o Brasil tinha **264 milhões** de aparelhos celulares ativos em julho de 2013, e o IBGE estimou uma população de **201 milhões** de habitantes no Brasil em 2013. Segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do IBGE, em 2003, dos aproximadamente 49 milhões de domicílios particulares permanentes, por volta de **5 milhões tinham apenas aparelho celular** e, hoje, dos aproximadamente 63 milhões de domicílios, **32 milhões têm apenas aparelhos celulares**. Nesse segundo milênio, a população brasileira está cada dia mais ‘conectada’, não importando a classe social. Os brasileiros se conectam aos amigos e familiares, à cidade, ao País e ao mundo por meio principalmente da **Internet, frequentemente acessada pelo celular**.

A Internet representa um avanço na democratização da comunicação humana e do acesso a bens culturais, à participação cidadã e a recursos semióticos. Os custos de comunicação (incluindo DDDs) foram muito reduzidos para o usuário, com o advento da Internet, especialmente com os seus aplicativos de comunicação por voz, como *Skype*, *Tango* etc, e isso permitiu o acesso de significativa parcela da população à comunicação de longas distâncias. Nas chamadas redes sociais, as pessoas/usuários agora não são apenas receptoras, mas também fontes de notícias e formadoras de opinião, o que relativizou o papel das grandes empresas de jornalismo e das maiores agências provedoras de informação. As redes sociais, como o Facebook, agora representam espaços sociais de debates, espaços públicos de discussão, de forma semelhante às práticas sociais da Ágora grega, praça pública em que os cidadãos se reuniam para discutir temas que interessavam a todos. E isso é fundamental para a

¹ Análise realizada por Maria Lílian de Medeiros Yared



democracia, pois devolve ao público a possibilidade de ser ‘formador de opinião’ e gerador de notícias, muitas vezes locais, de grande interesse para a comunidade.



2 – O Marco Civil da Internet

O Projeto de Lei 2126/2011, de autoria do Poder Executivo, conhecido como Marco Civil da Internet, “estabelece princípios, garantias, direitos e deveres” para o uso da Internet no Brasil. No momento, este projeto aguarda deliberação em plenário e sua tramitação encontra-se em regime de urgência.

O projeto garante a liberdade de expressão na rede, a proteção da privacidade do usuário e a neutralidade da Internet, que implica a isonomia no oferecimento de conteúdos e serviços prestados aos usuários, o que alguns atores políticos consideram certo intervencionismo estatal na infraestrutura do País. O projeto tem como um dos princípios o exercício da cidadania nos meios digitais. Esse princípio está em consonância com a tendência atual da utilização da Internet: maior participação política, por meio da expressão de pontos de vista e da manifestação de críticas. Isso reafirma um dos objetivos do projeto de lei, que é, de acordo com o art. 4º, inciso I: “Promover o direito de acesso à Internet a todos os cidadãos”. Esse inciso mostra a tendência à universalização no uso da Internet.

3 Dois discursos parlamentares sobre o Marco Civil da Internet:

3.1 Aspectos metodológicos na escolha dos discursos

Os discursos que serão analisados foram buscados na página de pesquisa no **Banco de Discursos do Portal da Câmara dos Deputados**. Utilizamos a expressão *marco civil da Internet* no campo *assunto*: no total, foram encontrados 99 documentos, no período compreendido entre 12/02/2013 a 18/12/2013, e escolhemos os discursos pela sua dimensão (aproximadamente uma página e meia), pela ligação do Parlamentar com o tema e também pela exclusividade do assunto.

3.2 Análise dos discursos

Vamos agora analisar dois discursos cujo tema é o Marco Civil da Internet – um discurso, pronunciado em 06/11/2013, é de autoria do Deputado Eduardo Cunha, Líder do PMDB-PR e autor do requerimento para a realização de Comissão Geral destinada a debater o tema, e o outro é o discurso pronunciado em 07/11/2013, do Deputado Alessandro Molon, do PT-RJ, Relator do Marco Civil da Internet. Nossa **categoria de análise** serão os **processos relacionais**, realizados linguisticamente pelos verbos do **ser/ter**. Os verbos relacionais (ter, ser, tornar-se) estão em vermelho negrito.

Os processos relacionais, segundo Halliday, servem para **caracterizar** e **identificar** (HALLIDAY, 2014, p. 259). A *caracterização* é uma **atribuição de uma qualidade** a um **portador** e a *identificação* é um tipo de classificação. As orações com



processos relacionais (realizados pelos chamados ‘verbos de ligação’ e outros verbos como *ter*, *merecer*) constroem determinado tipo de experiência: trata-se de uma experiência estática, sem um elemento causador, sem um *input* de energia. As localizações espaciais são realizadas por processos relacionais — *Ele **está** no plenário*; processos relacionais também realizam caracterizações de pessoas ou coisas, em relação ao sistema da avaliatividade: *Esse ponto também **é** fundamental e passa pela vedação de uma série de práticas*. As orações relacionais também podem expressar uma posse, como no exemplo a seguir: *Eu ouvi um dizendo que esse projeto **tem** apoio em todo o mundo*. Assim como na língua inglesa, na língua portuguesa os processos relacionais são realizados mais frequentemente por verbos no presente do indicativo, ao contrário de outros verbos (construir, por exemplo), que, para expressar o presente, tendem a aceitar mais a forma do presente contínuo (O partido **está construindo** sua história). Segundo Halliday, o ‘peso’ da construção da experiência pelos processos relacionais encontra-se na relação entre **os dois participantes** e o verbo é uma mera ligação (HALLIDAY, 2014, 262).

Os discursos políticos, de líderes religiosos e de “gurus do gerenciamento” tendem a utilizar bastante os processos relacionais no presente do indicativo, com baixa modalização (pouco uso de advérbios como provavelmente, possivelmente). Os discursos parlamentares, como textos persuasivos, podem basear-se na **caracterização** de vários elementos para convencer e influenciar o seu auditório. Sua argumentação é mais destinada à persuasão do que à informação – sendo assim, vamos encontrar muitas orações relacionais nos discursos parlamentares.

Vejamos os discursos a seguir:

DISCURSO 1



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 359.3.54.O

Hora: 13:45

Fase: CG

Orador: EDUARDO CUNHA, PMDB-RJ

Data: 06/11/2013

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Líderes, senhoras e senhores convidados, cumprimento, mais uma vez, especialmente, o Presidente da Comissão, presidindo a sessão, Deputado João Arruda, e o Relator, Deputado Alessandro Molon.

Senhoras e senhores, já tive a oportunidade de expressar minha posição de, como **tendo sido** o autor do requerimento de realização da Comissão Geral, permitir o debate, e o debate **é** sempre profícuo para o esclarecimento de muitas coisas.

É claro que eu acho que o debate vai terminar aqui hoje faltando muita coisa para o debate, muita mesmo. Mas, em primeiro ponto, queria dizer que concordo com o Deputado Fernando Francischini, e o PMDB vai apoiar sua posição acerca do tema



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação



levantado, porque nós não queremos que isso atrapalhe qualquer tipo de investigação que possa ser feita no futuro pelos órgãos de segurança. Efetivamente, eu me comovi com o argumento dele, e o PMDB prestará o seu apoio à sua posição.

Em segundo lugar, ouvi atentamente algumas posições, e queria colocar algumas. Ouvi uma, que não me recordo de quem, que me preocupou bastante, quando fala do art. 11, que diz que, em qualquer operação de coleta, armazenamento ou guarda de registro de dados pessoais, de comunicação com provedores de conexão e de aplicações, pelo menos um desses atos ocorra em território nacional.

Na prática, alguns que não queiram se submeter à legislação brasileira certamente vão deixar de oferecer os serviços nos seus provedores de conteúdo, para não terem qualquer tipo de risco de atentar contra a legislação brasileira. Esse tipo de colocação aqui certamente vai inibir que o brasileiro tenha acesso... Um exemplo simples, de repente o Netflix pode não querer se submeter à legislação brasileira e, realmente, pode não querer ofertar o serviço mais aqui. Algum pode optar. Então, existem situações em que esse artigo, da forma como está escrito, pode atentar contra a possibilidade do usuário.

E, segundo, ouvi algumas falácias aqui. Eu ouvi um dizendo que esse projeto **tem** apoio em todo o mundo. Mas não vejo uma legislação dessas em nenhum lugar do mundo. Os Parlamentos das pessoas do mundo que apoiam esse projeto não votaram um projeto desses. Aliás, quero dizer que apoio esse projeto na íntegra, Deputado Molon, para ser votado no Congresso dos Estados Unidos, da França, da Alemanha, mas não no Congresso brasileiro, nessa íntegra. Lá, eu apoio, porque certamente vai prejudicar a Internet deles, não a nossa.

Ouvi outra falácia aqui de dizer o seguinte - falácia, não; perdoem-me. Quero retirar esse tema com relação a esse ponto, porque respeito o Relator e essa palavra foi dele e ele não faz falácia. Ele tem posições, de que posso divergir, mas ele é sério no seu posicionamento e eu não tenho restrição ao seu conteúdo, a não ser da divergência de conteúdo. Mas disse que não se está proibindo velocidade. Não tem nada, não tem um artigo que diga que pode haver velocidade diferenciada. Se **fosse** essa a intenção de V.Exa., **deveria estar** explicitado no texto, e não **está**. **Está** proibido, sim, velocidade diferenciada; **está**, sim, ela é igualitária. Então, isso não está escrito no seu texto.

Em segundo lugar, no momento em que V.Exa. determina a impossibilidade de um provedor de conexão fazer gerenciamento, dizendo que ele não pode gerenciar a rede, **é** óbvio que a velocidade **está** associada ao tamanho de arquivo. Ou alguém acha que eu vou botar mais velocidade e não vai haver arquivo para oferecer? Se eu posso gerenciar o conteúdo de uma rede, posso deslocar a disponibilidade de arquivo que **não está sendo** utilizado num determinado momento para outro, mas, sem gerenciamento, que está vedado pela posição do projeto - de que não discordo -, eu não posso impedir de oferecer tamanho de arquivo diferente.

Eu queria dizer, Deputado Domingos Sávio, a quem respeito muito, que parte da posição dele vem de um entendimento equivocado, porque nós vamos encarecer, sim, a Internet. Não **é site** que cobra acesso; quem cobra acesso **é** provedor de conexão. **É** o provedor de conexão que vai oferecer o seu serviço, com o seu tamanho de velocidade e o seu tamanho de arquivo. **É** claro que alguém que tenha um provedor que escolheu o tamanho que ele quer vai poder fazer o que quer. Não há **site** poderoso que vá vedar seu acesso porque cobra mais caro. Isso não existe. **Está-se fazendo** uma confusão do provedor de conteúdo com o provedor de conexão. Isso é muito normal para quem não **está** às vezes familiarizado com o tema.

Então, na prática, o que nós estamos fazendo aqui é encarecer a Internet, sim. Eu ouvi aqui alguns dizerem: "*Vamos baratear a Internet em função disso*". Não, não vai; não vai porque continua havendo obrigatoriedade de fornecer uma infraestrutura, de



fazer uma infraestrutura maior para atender uma Internet igualitária, em que todos têm que acessar tudo. Eu ouvi também dizerem que pobre não pode ver um filme. Então, vamos abrir todos os cinemas do Brasil de graça, para que todos possam assistir de graça a todos os filmes que foram produzidos e que estão lá sendo investidos pelas salas de cinema que ofertam a sua exibição para um público que pode pagar.

Então, **é** preciso não fazer demagogia com um tema sério. Nós não podemos nos comprometer, porque falam que vamos dar um quarto de Internet, três quintos de Internet, como se não **tivéssemos** Internet hoje; como se esse projeto **fosse** fazer com que a infraestrutura da Internet aparecesse; como se o brasileiro, a partir da aprovação desse projeto, fosse ter acesso à Internet. Isso não **é** verdade! Ele **tem**, sim, uma boa Internet. Agora, é claro - e eu me associo a quem disse isso aqui, como o próprio Relator - que nós temos que cobrar das empresas operadoras que forneçam aquilo que venderam. Não podemos concordar que se ofereça uma velocidade, um arquivo, e não o entregue. Cabe à ANATEL fiscalizar. Nós temos que tratar isso de forma legislativa, sim, para fazer com que eles cumpram aquilo que venderam. Nós não estamos querendo proteger ninguém. Nós queremos proteger o usuário, queremos proteger a infraestrutura do País, queremos atrair o investimento, queremos proteger o desenvolvimento da economia, e não **fazer disso** uma bandeira demagógica em que acabemos no futuro com a Internet do Brasil, com a infraestrutura, e façamos o usuário pagar mais caro para ter aquilo de que ele pode não precisar. *(Palmas.)*

DISCURSO 2



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Sessão: 364.3.54.O

Hora: 14:09

Fase: PE

Orador: ALESSANDRO MOLON, PT-RJ

Data: 07/11/2013

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar V.Exa. e todos os colegas presentes e fazer um balanço da Comissão Geral, que ontem, por praticamente 6 horas, ocupou os microfones e as cadeiras aqui do plenário, com algumas presenças também nas galerias desta Casa.

Eu faço um balanço muito positivo do debate que fizemos, pela ampla participação. Tivemos 28 representantes dos mais diversos segmentos da sociedade civil organizada, os ativistas de Internet, representantes das empresas de Internet, dos provedores de conexão - as telefônicas que promovem a conexão do internauta com a Internet -, de provedores de conteúdo, de representantes de escritores, de entidades que cuidam de direitos autorais, as mais diversas representações, ao lado da academia, de pesquisadores, de especialistas. E houve uma manifestação muito clara de todos esses representantes, com exceção de um único setor, que é o setor dos provedores de conexão, a favor do marco civil.

E, mais do que isso, eu **fiquei** muito satisfeito com a manifestação de vários Líderes e Parlamentares de várias bancadas em defesa do marco civil da Internet, de Parlamentares da base do Governo, de Parlamentares da Oposição que percebem nesse projeto um grande avanço para o País. Projeto enviado pela Presidenta Dilma a esta Casa e que tem basicamente 3 pilares, todos eles importantíssimos para que a Internet sirva ao desenvolvimento da nossa Nação, à cidadania, à inclusão social, à



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação



garantia de direitos constitucionais, como o direito à informação, à liberdade de expressão, e assim por diante, Presidente.

Os três pilares **são**: primeiro, a garantia da neutralidade da rede, ou seja, a exigência de que a velocidade que nós pagamos para ter na Internet possa ser usada por nós para aquilo que quisermos, para acessarmos *e-mails*, redes sociais, vídeos e músicas, sem que os provedores de conexão possam nos cobrar preços extras - como gostariam de fazer; e dizem isso abertamente - por cada tipo de conteúdo que queiramos acessar. Isso **é** um absurdo, e, para defender o internauta, nós vamos garantir a neutralidade da rede, resistir a essa pressão para deformar esse ponto importantíssimo desse projeto enviado pela Presidenta Dilma à nossa Casa. Aliás, a Presidente tem reiteradamente defendido a neutralidade da rede através de uma rede social. Ela vem reiterando, através do seu perfil no Twitter, a importância da garantia da neutralidade da rede.

O segundo ponto, um ponto também muito importante, **é** a proteção à privacidade do usuário da Internet, dos internautas, dos mais de 100 milhões de internautas brasileiros. Esse ponto também **é** fundamental e passa pela vedação de uma série de práticas que hoje acontecem na Internet, e que violam a privacidade do internauta - muitas vezes a nossa navegação, sem que nós saibamos, está sendo gravada, analisada e vendida para *marketing* dirigido, sem que a sequer tenhamos sido comunicados desse absurdo, e o marco civil proíbe isso -, mas também passa por uma série de normas que nós acrescentamos ao projeto, por sugestão do Governo. Eu quero agradecer por essas sugestões, porque fazem o projeto melhorar bastante, e elas vieram à tona após o escândalo de espionagem revelado em julho passado, e que nós, veementemente, repudiamos, como a Presidenta da República fez na Organização das Nações Unidas, assumindo liderança mundial sobre esse tema. E isso fica comprovado pela manifestação de vários países que apoiam a iniciativa da Presidenta e querem se somar a ela, por uma nova governança multiparticipativa e internacional da rede, a ser estabelecida pela Organização das Nações Unidas. Uma dessas medidas, Presidente, da maior importância, **é** a possibilidade de o Poder Executivo obrigar, por decreto, que empresas que usam a Internet com finalidade econômica, dependendo do seu porte, sobretudo as de grande porte, sejam obrigadas a armazenar dados dos brasileiros no Brasil. E isso tem uma razão muito clara, Presidente. Lamentavelmente, algumas dessas empresas, quando violam a privacidade dos brasileiros e, quando são cobradas pelo Judiciário, argumentam, pasmem, que não se aplica a lei brasileira para a proteção da privacidade dos brasileiros sobre dados coletados no Brasil, porque esses dados estão armazenados em outro país.

Para acabar com essa dúvida, a Presidenta propôs, e eu incluí no meu relatório e vou defender isso aqui no plenário, a exigência de armazenamento de alguns dados no País, dependendo do decreto que vier a ser expedido.

Por fim, Presidente, o último pilar, o terceiro desses três pilares do marco civil, a garantia da liberdade de expressão. Ou seja, a garantia de que nós e os internautas todos poderemos continuar manifestando livremente a sua opinião na rede. Isso **é** fundamental para construir a democracia que todos nós queremos para o nosso País. Sr. Presidente, peço um último minuto para concluir a minha manifestação. Solicito a V.Exa., que preside o Conselho de Altos Estudos desta Casa e que vem apoiando de forma tão clara e importante a aprovação do projeto, assim como outros colegas Parlamentares que aqui estão - aqui há vários Parlamentares que acompanham o tema com atenção, eu peço desde já a todos apoio, porque **é** um projeto para o nosso País, que é um projeto para o Brasil, e que certamente vai influenciar outros países do mundo a avançar nessa mesma direção. Nós temos visto, nos debates internacionais - eu mesmo já fui falar a respeito dele em alguns países - o interesse



que ele despertou.

Por isso, desde já eu peço a todos, de todos os partidos - da base, da oposição - apoio para aprovarmos, na semana que vem, o marco civil da Internet.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Espero que na semana que vem aprovemos esse projeto tão importante.

Muito obrigado.

Fonte: <http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/AlessandroMolonPTRJ>

Esses dois discursos foram escolhidos por meio de pesquisa no Banco de Discursos do Departamento de Taquigrafia. Foram escolhidos dois oradores que representam ideias diferentes, sendo que um dos oradores é o relator do Projeto de Lei nº 2126/2011, o Marco Civil da Internet e o outro orador é o autor do requerimento para a realização da Comissão Geral destinada a debater este assunto. São discursos proferidos em momentos diferentes no Plenário da Câmara dos Deputados, mas podemos pensar que existe um diálogo entre esses dois discursos, um ‘respondendo’ ao outro, já que tratam do mesmo assunto – o PL 2126/2011 – e se referem ao relatório do projeto de lei referido.

Pelo que pudemos observar, os discursos são estruturados, em termos de argumentação, nos processos relacionais, especialmente nas alegações positivas a respeito dos benefícios trazidos pelo projeto e na conclusão, que também retoma as avaliações positivas.

A seguir, temos um quadro com a lista dos processos relacionais mais importantes para as **argumentações** dos discursos.

Discurso 1	Discurso 2
(...) e o debate é sempre profícuo para o esclarecimento de muitas coisas.	Os três pilares são : primeiro, a garantia da neutralidade da rede, ou seja , a exigência de que a velocidade que nós pagamos para ter na Internet possa ser usada por nós para aquilo que quisermos, para acessarmos <i>e-mails</i> , redes sociais, vídeos e músicas, sem que os provedores de conexão possam nos cobrar preços extras - (...)
Eu ouvi um dizendo que esse projeto tem apoio em todo o mundo.	
Não é <i>site</i> que cobra acesso; quem cobra acesso é provedor de conexão.	
É claro que alguém que tenha um provedor que escolheu o tamanho que ele quer vai poder fazer o que quer	
Isso não é verdade.	
	O segundo ponto, um ponto também muito importante, é a proteção à privacidade do usuário da Internet (...)
	Esse ponto também é fundamental e



	passa pela vedação de uma série de práticas que hoje acontecem na Internet, e que violam a privacidade do internauta (...)
	Por fim, Presidente, o último pilar, o terceiro desses três pilares do marco civil, a garantia da liberdade de expressão (...) Isso é fundamental para construir a democracia que todos nós queremos para o nosso País.
Nós queremos proteger o usuário, queremos proteger a infraestrutura do País, queremos atrair o investimento, queremos proteger o desenvolvimento da economia, e não fazer disso uma bandeira demagógica (...)	Eu peço desde já a todos apoio, porque é um projeto para o nosso País, que é um projeto para o Brasil, e que certamente vai influenciar outros países do mundo a avançar nessa mesma direção.

Os trechos discursivos por mim escolhidos e inseridos na tabela acima mostram como cada orador utiliza o sistema de transitividade para construir as suas argumentações. No sistema de transitividade, focalizamos os processos relacionais, primeiramente. Assim, o orador do *Discurso 1* utiliza os processos relacionais do sistema de transitividade para convencer seu auditório de discordar do item relativo à neutralidade na Internet, presente no projeto de lei. No discurso estão presentes relações do tipo identificadoras (*Não **é** site que cobra acesso; quem cobra acesso **é** provedor de conexão*); intensivas (e o debate **é** sempre profícuo para o esclarecimento de muitas coisas.) e possessivas (*Eu ouvi um dizendo que esse projeto **tem** apoio em todo o mundo*). Esse primeiro discurso caracteriza-se pelo seu estilo explicativo, com o uso de processos relacionais para construir definições de caráter informativo, preocupando-se com informações de caráter técnico. No segundo discurso, a maioria das relações é do tipo intensivo, qualificando o seu portador ((...) esse ponto **é fundamental**; (...) isso **é fundamental**; esse (...) **é um projeto para o País**). As orações relacionais intensivas visam mais à persuasão do que à informação. As orações relacionais identificadoras visam mais à informação. As avaliações estão muito conectadas às orações relacionais intensivas: *é um projeto para o Brasil*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É relevante atentarmos para o uso dos processos relacionais nos discursos parlamentares: que tipo de experiência eles estão construindo? A frequência do tipo de processo utilizado é determinada pelo gênero discursivo e pelo estilo do orador. Na língua portuguesa, a maioria dos verbos diz respeito ao processo material (verbos do fazer e do dizer), mas o gênero do discurso político em geral instancia tipos textuais que utilizam largamente os processos relacionais.



No discurso que a Presidenta Dilma Rousseff proferiu no Plenário da Câmara, em sessão solene destinada à entrega do relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher, realizada no dia 27 de agosto de 2013, podemos identificar vários processos relacionais: “Eu **fico** muito feliz, orgulho-me muito e acredito que todas as mulheres brasileiras, hoje, **estão** muito orgulhosas do Congresso Nacional, por conta desse relatório da CPMI”.

Convém observarmos que os processos relacionais fazem parte do estilo e da representação da identidade do orador. Os discursos políticos em geral necessitam persuadir o seu auditório, e uma das maneiras para atingir esse objetivo é a construção de alegações com base em processos relacionais, que também têm a função de criar uma ligação entre duas entidades, que soam como afirmações naturais, dadas como certas.



ANEXO A - DADOS DO PNAD

Tabela 1960 - Domicílios particulares permanentes e Moradores em domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, situação do domicílio e telefone												
Variável = Domicílios particulares permanentes (Mil unidades)												
Classes de rendimento mensal domiciliar = Total												
Situação do domicílio = Total												
Brasil e Unidade da Federação	Existência de telefone	Ano										
		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Brasil	Total	46.895	47.985	49.675	51.601	52.868	54.202	55.756	57.557	58.566	61.292	62.849
	Tinham	27.614	29.553	30.745	33.625	37.762	40.235	42.767	47.228	49.266	55.085	57.327
	Não tinham	19.264	18.428	18.928	17.974	15.106	13.967	12.990	10.329	9.300	6.207	5.522
	Sem declaração	17	4	2	2	1	0	-	-	-	-	-
Distrito Federal	Total	592	621	651	657	687	714	751	746	794	867	848
	Tinham	501	527	562	598	647	675	719	725	773	854	836
	Não tinham	91	94	88	59	41	39	32	21	22	14	12



	Sem declaraç ão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
--	-----------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Tabela 2387 - Domicílios particulares permanentes e Moradores em domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar e existência de microcomputador, acesso à Internet e tipo de telefone

Variável = Domicílios particulares permanentes (Mil unidades)											
Classes de rendimento mensal domiciliar = Total											
Brasil e Unidade da Federaçã o	Existência de microcomputad or, acesso à Internet e tipo de telefone	Ano									
		2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	
Brasil	Total	49.67 5	51.60 1	52.86 8	54.20 2	55.75 6	57.55 7	58.56 6	61.29 2	62.84 9	
	Telefone - tinham	30.74 5	33.62 5	37.76 2	40.23 5	42.76 7	47.22 8	49.26 6	55.08 5	57.32 7	
	Telefone - tinham - somente celular	5.560	8.489	12.43 2	15.02 9	17.64 2	21.66 7	24.07 4	30.48 2	32.28 4	
	Telefone - tinham - somente fixo convencional	11.60 8	9.044	6.483	5.869	5.158	3.780	3.371	2.123	1.857	
	Telefone - tinham - celular e fixo	13.57 2	16.08 8	18.84 6	19.33 5	19.96 7	21.78 1	21.82 2	22.48 1	23.18 6	



	convencional									
	Telefone - tinham - sem declaração	6	4	1	2	-	-	-	-	-
	Telefone - não tinham	18.92 8	17.97 4	15.10 6	13.96 7	12.99 0	10.32 9	9.300	6.207	5.522
Distrito Federal	Total	651	657	687	714	751	746	794	867	848
	Telefone - tinham	562	598	647	675	719	725	773	854	836
	Telefone - tinham - somente celular	94	143	186	208	239	237	250	350	338
	Telefone - tinham - somente fixo convencional	109	71	47	38	35	23	24	16	14
	Telefone - tinham - celular e fixo convencional	359	384	413	429	444	465	499	489	484
	Telefone - tinham - sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Telefone - não tinham	88	59	41	39	32	21	22	14	12

Dados fornecidos por: Michella Paula Cechinel Reis

Analista em Informações Estatísticas e Geográficas Tel.: (61)3319-2149

Unidade Estadual do IBGE no DF



REFERÊNCIAS:

HALLIDAY, M.A.K. e MATHIESSEN, C. *Halliday's Introduction to Functional Grammar*. London: Routledge, 2014.

Banco de Discursos da Taquigrafia

www.camara.leg.br/bancodediscursos

analisedediscurso@camara.leg.br

Coordenação de Histórico de Debates, Anexo II, subsolo, Câmara dos Deputados

Brasil - Brasília-DF

